SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

18/09/2015 - Instituto Telecom

Qualcomm vai demitir 1.314, nos Estados Unidos

Cortes fazem parte de plano de redução de custos e que preveem desligamento de 15% da força de trabalho da divisão de semicondutores, no mundo.

A fabricante de chips para dispositivos móveis Qualcomm vai demitir 1.314 funcionários alocados na sede da companhia, em San Diego, nos Estados Unidos. Pretende, também, desligar "centenas" de trabalhadores, como parte do plano de reestruturação anunciado em julho, que prevê economia de US$ 1,4 bilhão até setembro de 2016 e redução de 15% da força de trabalho da divisão de semicondutores. A empresa tem, no mundo, 31,3 mil empregados, ou seja, o corte pode chegar a 4.695 posições. A subsidiária brasileira não comentou como o plano deve impactar a operação local.

20/09/2015 - Instituto Telecom

Telefônica pagará R$ 147 mi em juros sobre capital próprio

A Telefônica comunicou na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nesta sexta-feira, 18, o pagamento de juros sobre capital próprio no valor bruto de R$ 147 milhões, ou R$ 124,950 milhões com a retenção de 15% de imposto de renda na fonte. O montante é distribuído com base no lucro líquido do exercício do balanço do primeiro semestre da companhia.

O valor líquido por ação ordinária é de R$ 0,069392455554, enquanto o da ação preferencial é de R$ 0,076331701109. O crédito foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião nesta sexta.

20/09/2015

Telefónica firma acordo com a Vivendi para trocar operações da Vivo

Agora, Vivendi não terá mais participação acionária na Telefônica Brasil. A Telefónica acordou com a Vivendi a operação de troca de ações de sua controlada no Brasil, ampliando sua participação na Telefônica Brasil em 5,2 em relação ao total de papéis preferenciais emitidos pelo grupo de telecomunicações.

Com isso, a Vivendi deixa de ter qualquer participação acionária na Telefônica Brasil, que opera sob a marca Vivo, anunciou a operadora brasileira em comunicado ao mercado.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

20/09/2015 - Rede Brasil Atual

Huawei decide entrar na nuvem em parceira com operadoras de Telecom

Ao decidir se posicionar no mundo de TI – deixando de depender apenas do mercado de telecomunicações – a Huawei, que já lidera no segmento de equipamentos para as redes de telecom – resolveu apostar fortemente na nuvem como o caminho a ser trilhado.

E, para mostrar ao mundo que esta decisão não tem volta, promove este ano a terceira edição do HCC (Huawei Cloud Congress), para um público de 10 mil pessoas, que se deslocou para o centro financeiro chinês para participar do maior evento corporativo da empresa. "Para nos transformarmos em provedores líderes em TICS, precisávamos entrar no mercado de TI. Decidimos também que parceria conjunta com as operadoras de telecomunicações é o melhor caminho para a oferta de cloud pública", afirmou Eric Xu, vice-presidente do conselho de administração e CEO rotativo da empresa, ao abrir os congresso de hoje.

A decisão de não prover serviços de nuvem ao cliente final – seja corporativo ou não – se estende para todo o mercado externo, independentemente da região. E a primeira parceria foi firmada com a operadora alemã , a Deutsche Telekom, ou com o seu braço corporativo, a T-System. Segundo a operadora alemã, a aliança, já firmada, estará comercialmente disponível no mercado alemão no próximo ano, mas os primeiros trials já estão sendo feitos.

Se a opção pela parceria com as telcos já está tomada, conforme Lida Yan, presidente do segmento de Business Enterprise, não há pressa em ampliar essa atuação para as diferentes regiões do globo. " Não temos pressa em lançar a cloud como serviço em todo o globo. Preferimos agir de maneira mais madura e transformar esta primeira parceria externa em um caso de sucesso, torná-la madura, antes de selecionarmos as próximas regiões e os futuros novos parceiros", completou Yan.

Data Centers

Se não vai oferecer cloud pública diretamente para o mercado corporativo, a Huawei pretende estar presente em todo o ecossistema. Para a empresa, disse Yelal Zheng, ainda há muito a ser feito em hardware, inteligência de dados e reengenharia de sofwtare. Ele reiterou no entanto, que a empresa não irá atuar em mercados onde atuam os seus principais parceiros. "Não queremos desenvolver aplicações, nem lidar com os dados que passarão por nossas soluções", reforçou o vice-presidente de Marketing Global da empresa, Willian Xu.

Enquanto não firmar a parcerias com as telcos locais, a Huawei pretende continuar a comercializar seus data centres e a focar na infraestrutura e conectividade, o forte da empresa, completou Xu.

Novos produtos

A empresa anunciou, durante o evento, o lançamento de novos produtos. São três plataformas de software: FusionSphere6.0, para data centers, FusionInsight, para análise de dados, e FusionStage, uma plataforma como serviços para desenvolvedores de aplicações. Anunciou, ainda, a OceanStor DJ, outra plataforma de serviço para gerenciamento e armazenamento de dados sob demanda. A companhia tem, ainda, planos para criar um sistema operacional para a nuvem, um sistema de Big Data e uma plataforma como serviços (PaaS).

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

18/09/2015 - Rede Brasil Atual

Protesto de bancários denuncia sobrecarga e assédio moral no Banco do Brasil

Ato retardou abertura de agências do centro de SP; nesta sexta também ocorre rodada de negociação da campanha, que discute a renovação de acordo aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)

Os bancários realizaram na manhã de hoje (18) manifestação do dia nacional de luta por mais contratações pelo Banco do Brasil. O protesto retardou a abertura de algumas agências do centro da capital até as 12h. Hoje também ocorre a quinta rodada de negociação da campanha salarial, que discute a renovação de acordo aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT).

"As pessoas estão sobrecarregadas. Muitos adoecem devido ao assédio moral constante e número insuficiente de trabalhadores para dar conta da demanda. Nosso protesto foi para chamar a atenção da população e pressionar o banco a ampliar o quadro de trabalhadores e a valorizar o funcionalismo", afirma a diretora do sindicato Silvia Muto, acrescentando que o ato ocorreu em unidades próximas ao local da negociação entre a comissão de empresa dos funcionários e a direção do BB, no prédio sede da antiga Nossa Caixa, na Rua 15 de Novembro.

Mesmo sendo local da negociação, a agência que funciona na 15 de Novembro aderiu ao protesto. Nela, o consultor administrativo Roberto de Paula utilizava os serviços do autoatendimento. "Sou cliente do Banco do Brasil há 25 anos e percebo que o serviço piorou de uns anos para cá. E mesmo pagando preço absurdo de tarifa, cheguei a ficar mais de meia hora para ser atendido. Protestos como esse são muito válidos. Ter mais gente contribui para um trabalho mais ágil e melhor."

O advogado Maurício de Carvalho vai além. "Sou correntista há mais de dez anos, desde a época da Nossa Caixa. Hoje ainda encontro dificuldades no sistema do Banco do Brasil, pois ao que parece essa migração não foi feita de forma adequada. Mesmo assim, os funcionários sempre estão dispostos a ajudar e a encontrar soluções, eles são ótimos", relata. "Se saem pessoas do banco, tem de haver reposição. Sei que tem gente aguardando para ser chamada, ou seja nem seria necessário organizar concurso. O banco geraria mais emprego e nós, clientes, seríamos melhor atendidos."

Um bancário relata que não foi apenas o Plano de Aposentadoria Incentivada (PAI) que provocou a saída de bancários. "Conheci pessoas que ficaram no máximo dois anos no banco. Elas não aguentaram tanta cobrança diária e a falta de perspectiva profissional. Quando entram na empresa têm um sonho de carreira, de ter bom ambiente para trabalhar. Quando se veem sem perspectivas, procuram outro lugar para trabalhar."

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

18/09/2015 - Carta Capital

Um certo Brasil

Um grande e velho amigo tem o hábito de estender a mão, cumprimentar e conversar com os funcionários ao chegar à sua empresa. Pergunta pela família, quer saber dos filhos, os pequenos, os adolescentes e os crescidos. Brinca com os torcedores adversários nas derrotas de seus times e até mesmo ironiza os fanáticos da sua banda futebolística.

Numa dessas, estendeu a mão para cumprimentar o jardineiro recém-chegado. Ele cuidava das orquídeas e bromélias espalhadas à frente do edifício da diretoria. Diante da mão estendida, o jardineiro mostrou as mãos sujas de terra e sacudiu os braços em um gesto de frustração. Meu amigo não desistiu: abraçou o artesão da natureza. O trabalhador ficou surpreso e no almoço com os companheiros não se cansava de dizer: nunca havia sido tratado "dessa maneira".

"Essa maneira" revela muito mais do que um abraço. O abraço e seu reconhecimento, mais o reconhecimento do que o abraço, revelam as entranhas de um certo Brasil. Os habitantes desse país dentro do País não veem as pessoas. As pessoas, gente, humanos, eles e elas, aqueles que começaram a aparecer nos aeroportos, nos supermercados, nos shopping centers, percebem que os de cima sentem que "eles não são o que nós somos". Não conseguem reconhecer o outro. Convivem no mesmo território, mas não frequentam a mesma sociedade. Querem dizer: eles não são nossos semelhantes. São nossos servidores.

Na onda de louvação das virtudes do mundo globalizado, a rejeição ao "nacional" atingiu camadas profundas das almas excelentes. A nova rejeição é mais profunda porque, de forma devastadora, erodiu os sentimentos de pertinência à mesma comunidade de destino, suscitando processos subjetivos de diferenciação e desidentificação em relação aos "outros", ou seja, à massa de pobres e miseráveis que "infesta" o País. E essa desidentificação vem assumindo cada vez mais as feições de um individualismo agressivo e antirrepublicano.

A rejeição também foi mais ampla porque essas formas de consciência social contaminaram vastas camadas das classes médias: desde os "novos" proprietários, passando pelos quadros técnicos intermediários até chegar aos executivos assalariados e à nova intelectualidade formada em universidades estrangeiras ou mesmo em escolas locais que se esmeram em reproduzir os valores do individualismo agressivo. Isso para não falar do papel avassalador da mídia.

Os brasileiros de anedota e champanhota jamais aceitaram o liberalismo político e a democracia dos iguais e diferentes, criações insuperáveis da aurora burguesa. Por isso, quando dizem defender a liberdade de expressão, sinto calafrios. A liberdade de expressão é uma prerrogativa do cidadão e não um monopólio das empresas de comunicação. Esse direito fundamental não está ameaçado. Muito ao contrário. Tem sido exercido nos baixios da ignorância e da manipulação descarada.

Talvez remanesça a tal ameaça à liberdade de expressão nos esgares dos nostálgicos do golpe de 64, agora embuçados em suas máscaras de pais da pátria e defensores da democracia. Ainda me lembro das proclamações exaltadas contra a subversão e a corrupção às vésperas do golpe de 1964. Foram essas consignas que envenenaram o ambiente político e social.

As "forças democráticas" nativas estavam arquitetando a supressão da democracia. Da conspirata participavam naturalmente os homens de bem: os senhores da mídia, empresários, parte da classe média ilustrada, semi-ilustrada e deslustrada. Alguns intelectuais preparavam as malas para se juntar aos golpistas e executar seus projetos pessoais à sombra da censura e ao abrigo da escuridão.

Um certo Brasil é o país dos senhoritos arrogantes e presunçosos, sempre convencidos de sua superioridade moral e intelectual. Há tempos recebi interpelações dos que diziam defender a Democracia Esclarecida. É uma boa ideia. Espero que não guarde parentesco com a preconceituosa pretensão de uma Democracia Exclusiva dos que se autointitulam Esclarecidos. Há esperança: os Esclarecidos correm o risco de ser abalroados pelos ardis da razão, trombando com as ideias do projeto do Esclarecimento do século XVIII. Estão também ameaçados de compreender a luta dos subalternos no século XX. Luta que culminou na conquista dos direitos sociais e econômicos do pós-Guerra. O Brasil chegou muito tarde a esse estágio do convívio social e o horizonte já está toldado pelas nuvens negras do retrocesso almejado pelos verdadeiros donos do País.

A alteridade democrática assenta-se no reconhecimento da diferença e da igualdade. Os totalitarismos da modernidade, à esquerda e à direita, praticaram a violação sistemática do equilíbrio entre igualdade e diferença, mergulhando os cidadãos no igualitarismo manipulador da indiferenciação de massas

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

17/09/2015 - Rede Brasil Atual

O bafo podre da direita

Neste fim de semana deu para sentir o hálito pútrido, o bafo podre da direita brasileira. À frente, porta-estandarte, vinha o editorial da Folha de S. Paulo. Um pedido para a ruptura da ordem constitucional, eliminando "temporariamente" as vinculações com investimentos na educação e na saúde. E ai da vinha o ultimato, na base do "ou a presidenta nos obedece ou deve sair".

E vieram as exigências de que os investimentos sociais fossem cortados, e os rancores porque não foram.

Tudo isso revela uma verdade meridiana: críticas que tenhamos ao governo da Dilma, com o Aécio e companhia limitada e sociedade anônima seria muito pior.

Eles agora mostraram os caninos do vampiro, as manguinhas de fora, e o programa que nas eleições de 2014 não tiveram coragem de mostrar: anti-povo, anti-Brasil, antissocial, anti-tudo.

Não tenhamos ilusões: o governo Dilma parece o peru da peça de Brecht, preso no círculo de giz, falta de imaginação, pobre de espírito. Mas é o que temos de democracia no Brasil, eleito que foi. A sanha vampiresca das oposições não tem nada a oferecer a não ser a sua sanha desmedida por ocupar o aparelho de Estado e vender o Brasil a troco de banana, ficando eles com os filés da venda.

Alguém tem alguma ilusão de que o programa das oposições - o verdadeiro - não seja este?

Se tiver, que se candidate ao prêmio de banana do século 21.

17/09/2015 - CUT

STF decreta inconstitucionalidade de doações de empresas a políticos

A decisão deve colocar ainda mais pressão para que Dilma vete o modelo de financiamento eleitoral, que está previsto na contrarreforma política aprovada na Câmara

Na tarde desta quinta-feira (17), o Superior Tribunal Federal (STF) decidiu, por oito votos contra três, que é inconstitucional a doações de empresas a candidatos. O veredicto vem após o ministro Gilmar Mendes engavetar o processo por um ano e nove meses, a fim de atrasar a discussão.

A ação que culminou na proibição do financiamento privado de campanhas eleitorais foi movida pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). À época, o órgão analisou que a doação de empresários aos políticos provocava um desequilíbrio na política nacional.

Durante seu voto, o ministro Ricardo Lewandoviski explicou que a proibição já será aplicada durante as eleições de 2016, com a ressalva de que pode haver "alteração legislativa". O magistrado se referia à contrarreforma política, aprovada na Câmara dos Deputados e que seguiu para a análise da presidência.

A decisão do STF deve aumentar a pressão para que a presidenta Dilma Rousseff (PT) vete o financiamento empresarial, previsto na contrarreforma política aprovada na Câmara. "A CUT se soma à outros entidades e movimentos que hoje pedem à presidenta: "veta Dilma". A doação privada para campanhas é o centro dos sucessivos escândalos de corrupção que gangrenam o sistema político brasileiro", afirmou Julio Turra, diretor executivo da CUT.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

18/09/2015 - CUT

CUT convoca para 3 de outubro, Dia Nacional de Lutas

Em resolução Central aponta necessidade de unificar categorias para campanhas salariais, repudia mudanças no FAP e NR-12

A Direção Executiva da CUT, reunida no dia 16 de setembro em São Paulo, manifestou sua preocupação com o agravamento da crise política e econômica brasileira, particularmente com as medidas erráticas do governo, como o mais recente pacote de medidas fiscais, que apontam para o aprofundamento da recessão, na contramão do projeto que obteve o apoio popular nas últimas eleições.

A Central reafirma sua posição contrária à atual política econômica do governo e ao pacote de medidas fiscais de 14 de setembro, pois os cortes atingem programas sociais reduzindo seus gastos, inibem o investimento público, e o recuo do Governo Federal nos acordos já praticamente alcançados com as entidades dos servidores federais, como a Condsef e CNTSS-CUT, adiando em 6 meses a aplicação da primeira parcela de reajuste salarial. Do lado das receitas pretendidas, o pacote onera a produção, sem tocar no capital especulativo e as altas taxas de juros que o beneficiam, aumenta impostos de forma regressiva, afetando os setores de menor renda. A nova proposta de CPMF cuja arrecadação seria destinada a pagar aposentadorias pode ser a antessala de um novo ataque à Previdência da classe trabalhadora, como insinuou o ministro Levy.

No seu conjunto, o pacote prolonga a política de ajuste fiscal, que provoca recessão e não crescimento econômico, como saída para a crise. Para a CUT as medidas para o equilíbrio orçamentário deveriam ser outras: combater a sonegação fiscal, taxar grandes fortunas e a remessa de lucros das multinacionais, além de uma política tributária progressiva. O pacote, além disso, foi anunciado sem qualquer diálogo com a sociedade, particularmente com os setores que vêm dando sustentação social ao governo.

A insistência por parte do governo federal no aprofundamento das políticas de "austeridade" para gerar superávit primário (destinado a pagar banqueiros e especuladores de títulos da dívida pública) é confirmada pelo conteúdo global desse pacote e tem sido a moeda de troca exigida pelo empresariado para continuar apoiando o governo. Os setores que apostam neste tipo de política que aguçou já a crise com meio milhão de empregos perdidos e uma recessão prolongada, são os mesmos interessados em rebaixar salários e retirar direitos, fragilizar os sindicatos, para criar condições para um modelo econômico que amplie as desigualdades sociais, faça novas entregas do patrimônio público, diminua a proteção social, reduzindo ao mínimo as funções do Estado e colocando o país numa situação de subordinação aos interesses das corporações multinacionais. Eles aproveitam a fragilidade do governo e seus desacertos na economia para desconstruir, com o apoio da mídia e de seus representantes no Congresso, o projeto que foi desenvolvido nos últimos 12 anos.

Diante deste quadro, a CUT reafirma sua posição de que a saída para a crise econômica é pela via do crescimento que preserve o patrimônio público, promova o emprego, distribua melhor a renda, diminua as desigualdades sociais e aumente a proteção social. Para combater a atual política econômica, a CUT seguirá fortalecendo a unidade dos setores sindicais, populares e democráticos, como integrante da Frente Brasil Popular lançada em Belo Horizonte em 5 de setembro, espaço onde discutirá suas propostas alternativas de política econômica e de aprofundamento da democracia no nosso país.

Leia mais em:
http://www.cut.org.br/noticias/cut-convoca-bases-para-3--de-outubro-dia-nacional-de-lutas-dc54/

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

17/09/2015 - Caros Amigos

O combate ao trabalho escravo e o risco de retrocesso

O Brasil é referência internacional no combate ao trabalho escravo contemporâneo. Os principais instrumentos construídos pelo país foram: (i) o desenvolvimento de um conceito de trabalho escravo que repudia as formas mais intensas de desrespeito à dignidade dos trabalhadores; (ii) a criação de um sistema de fiscalização que atua na repressão do empregador que coisifica o empregado; e (iii) a "lista suja", que impede os empregadores que reduzem empregados a condições análogas a de escravo de serem financiados por bancos públicos e que mostra para toda a população quem pratica esse crime.

"A aprovação deste projeto fará com que situações nas quais o trabalhador dorme e se alimenta com porcos, faz refeições no chão próximo a fezes de vacas, (...) come em embalagens vazias de agrotóxicos e realiza atividades sem qualquer tipo de proteção sejam consideradas como irregularidades trabalhistas simples"

Recentemente ocorreram avanços nessa área, como a alteração do art. 243 da Constituição no ano de 2014. Segundo a nova redação desse dispositivo, em propriedades urbanas e rurais onde for constatada a exploração de trabalho escravo, haverá a expropriação e destinação do imóvel para reforma agrária e programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo das demais sanções previstas em lei.

Trabalho escravo

Esse avanço legislativo foi utilizado como tentativa de esvaziar o que se entende por trabalho escravo no Brasil. O conceito atualmente existente no Código Penal é um dos mais avançados no mundo e considera como trabalho em condições análogas a de escravo: (i) trabalho forçado; (ii) servidão por dívida; (iii) condições degradantes; e (iv) jornada exaustiva. Contudo, foi apresentado no Senado o Projeto de Lei n. 432/2013, que pretende regulamentar a eliminação do direito de propriedade nos casos em que for constatada a exploração de trabalho escravo, restringindo o conceito desse crime: a escravidão contemporânea ocorreria somente nos casos de trabalho forçado e de servidão por dívida.

A aprovação deste projeto fará com que situações nas quais o trabalhador dorme e se alimenta com porcos, faz refeições no chão próximo a fezes de vacas, aloja-se em moradias coletivas, amontado com suas crianças e instrumentos de trabalho e sem condições mínimas de higiene, come em embalagens vazias de agrotóxicos e realiza atividades sem qualquer tipo de proteção sejam consideradas como irregularidades trabalhistas simples.

Recuo

Em 1928, o peruano José Carlos Mariátegui, ao estudar a sociedade incaica e as liberdades consagradas com as revoluções liberais do século XVIII, afirmou que "hoje uma ordem nova não pode renunciar a nenhum dos progressos morais da sociedade moderna". Transpondo essa análise para os nossos dias, considerando que o Estado Democrático de Direito coloca em seu centro a dignidade da pessoa humana, podemos dizer que o combate ao trabalho escravo não admite qualquer recuo conceitual que se queira operar na legislação brasileira.

Foi designado como relator do PLS n. 432/2013 o senador José Medeiros, representante do Estado de Mato Grosso.

Leia mais em:
http://www.carosamigos.com.br/index.php/artigos-e--debates/5371-o-combate-ao-trabalho-escravo-e-o-risco-de--retrocesso